

Da ambivalência do texto proverbial

1. Os provérbios são textos pertencentes à esfera da literatura tradicional de transmissão oral¹. Circulam de geração em geração, permanentemente disponíveis em circunstâncias de tempo e de espaço muito variáveis. Quando um falante deles se apropria, incorporando-os no seu discurso, cita um texto alheio que é simultaneamente um texto **anônimo** institucionalizado pela tradição. O estatuto de texto citado gera de imediato consequências curiosas do ponto de vista pragmático. Com efeito, aquele que cita o provérbio, não sendo responsável pela sua produção, pode distanciar-se ironicamente da assunção expressa, questionando assim um saber supostamente ancestral e de experiência feito; neste caso, o falante não dilui a sua voz na voz do enunciador indeterminado que se confunde com a própria comunidade: pelo contrário, reproduz em eco o discurso desse enunciador coletivo, demarcando-se ostensivamente do ponto de vista expresso, das ‘verdades’ ou normas impostas pela tradição². Mas o falante que reproduz um provérbio, citando-o no decurso da sua elocução, pode também utilizá-lo como argumento de autoridade, por forma a sancionar o seu próprio ponto de vista: neste caso, o falante propõe-se legitimar e maximizar o valor de verdade da sua asserção, evocando o consenso da comunidade.

Se é inegável que há sempre, num ponto remoto do passado, uma fonte individual responsável pela produção do texto proverbial, não é menos ver-

¹ Para uma reflexão aprofundada sobre a especificidade das práticas significantes abrangidas pela designação ‘literatura tradicional de transmissão oral’, veja-se Lopes, 1983.

² No quadro de uma teoria polifónica da enunciação, Ducrot define assim a ironia: «Parler de façon ironique, cela revient, pour un locuteur L, à présenter l'énonciation comme exprimant la position d'un énonciateur E, position dont on sait par ailleurs que le locuteur L n'en prend pas la responsabilité et, bien plus, qu'il la tient pour absurde» (1984: 211).

dade que o provérbio só se configura enquanto tal não no acto da sua invenção, mas no lento processo da sua absorção pela comunidade (cf. Lázaro-Carreter, 1978). Daí a afirmação de que se trata de um texto anónimo, quando encarado numa perspectiva sincrónica. Sublinhe-se que é possível estabelecer a origem de alguns provérbios (sentenças bíblicas ou ditos lapidares de autores consagrados de épocas passadas); no entanto, importa realçar que as reutilizações permanentes de um fragmento discursivo marcado por uma certa rigidez estrutural apagam progressivamente qualquer referência autoral. É, pois, na iterabilidade que se constrói a anonimização do provérbio, texto sentido e reconhecido como pertença colectiva. Neste sentido, é a comunidade, pela voz de um conjunto indeterminado e aberto de sujeitos individuais, que se encarrega de garantir a pervivência de uma herança cultural que sobrevive à margem do cânone. Se o cânone literário (a literatura ‘cult’ ou consagrada) é legitimado e reproduzido por instâncias diversas – aparelho editorial, metatextos críticos, academias, júris de atribuição de prémios, instituições de ensino, departamentos ministeriais responsáveis pela inclusão/exclusão de autores e obras nos programas escolares –, a literatura tradicional apoia-se unicamente no reconhecimento difuso da comunidade. A sua legitimação é assegurada pela reprodução dos textos num circuito de oralidade virtualmente ilimitado.

Articulados com outras práticas significantes tradicionais (contos, adivinhas, canções, quadras, romances), os provérbios podem ser vistos como instrumentos de socialização ou veículos de coesão social, na medida em que plasmam uma experiência e um saber que alicerçam as representações simbólicas e as normas de conduta da vida comunitária. É claro que a acelerada transformação do tecido social, resultante de uma opção desenvolvimentista e tecnológica, tem vindo a alterar significativamente as condições materiais de vida que configuram o quadro natural de produção e circulação da literatura tradicional. De facto, é nas sociedades rurais, sem formas de criação artística especializada e sem ‘indústria cultural’, que a literatura oral encontra o seu espaço-tempo de afirmação privilegiado. Não espanta, assim, que, privada das suas raízes, a tradição oral se veja ameaçada pela concorrência

de novas formas de cultura de massas, divulgada de forma avassaladora pelos *mass-media* onnipresentes. No entanto, não deixa de ser curioso o facto de persistirem, no nosso país, bolsas de resistência que configuram racionalidades 'pré-modernas', talvez pela nossa condição de sociedade semiperiférica (cf. Santos, 1994). Por outro lado, a preservação do capital cultural que a tradição oral e os saberes populares representam começa a impor-se como forma de intervenção social, num sentido de manutenção de alguma autenticidade não contaminada por produtos simbólicos importados. Deste modo, verifica-se uma situação algo contraditória no que diz respeito à pervivência da literatura oral tradicional: objectivamente ameaçada pelo devir histórico, ela é também um possível lugar de resistência local face à uniformização cultural que a mundialização da economia tendencialmente acarreta.

Voltando ao objecto da nossa reflexão, importa agora acentuar que os provérbios, parte integrante de um sistema de práticas significantes excluídas da esfera da literatura canónica, consagrada, não expressam *ipso facto* uma visão do mundo contrária à ideologia dominante da cultura hegemónica. É inegável que há provérbios que manifestam os traços típicos da 'cultura popular', tal como Bakhtine (1970) a perspectiva numa linha de desconstrução da cultura oficial: são os provérbios de sentido ambíguo ou contraditório, formulados num registo burlesco e grotesco, «que de alguma maneira sugerem a subversão ou opõem a prática à norma estabelecida (Mattoso, 1987: 7). Todavia, não é menos verdade que há também provérbios isentos de qualquer vertente transgressiva, meros instrumentos de reforço de uma moral conservadora e retrógrada. Aliás, não me parece de todo pertinente conceber de forma estanque duas esferas ou mundos culturais: postular essa completa demarcação é certamente ignorar a dinâmica e a complexidade do diassistema social. A ideologia dominante percorre transversalmente o tecido social, inscrevendo-se de forma difusa nas práticas e discursos de estratos não hegemónicos, de modo a garantir a reprodução das relações de poder político e social.



Assim sendo, parece-me que os provérbios, tal como todas as outras manifestações da literatura tradicional, configuram um mosaico heterogéneo do ponto de vista da sua função ideológica. Atravessados pelas contradições que caracterizam uma sociedade multiestratificada, às quais se acrescentam ainda as que são inerentes à própria condição humana, os provérbios reflectem afinal uma filosofia empírica de vida ligada ao senso-comum, sem qualquer pretensão totalizadora.

Tecidas estas considerações preliminares, apresentarei seguidamente alguns aspectos peculiares do funcionamento semântico e pragmático do provérbio, numa tentativa de contribuir para a delimitação da especificidade deste tipo de discurso³.

2. Vejamos então, em primeiro lugar, a questão da referência. No plano da referência nominal, verifica-se que as entidades envolvidas na denotação dos sintagmas nominais tematizados nos provérbios são sempre entidades não específicas, dado que a sua apreensão não implica que se tomem em consideração variáveis situacionais. Sem ancoragem no espaço e no tempo, tais entidades são fixadas a partir da intensão dos sintagmas nominais tematizados. Como objectos de referência nominal encontram-se espécies (*O leão não caça pardais*) e membros típicos da espécie (*Um tolo tem sempre outro que o admira*), conjuntos universais de indivíduos (*Todos os caminhos vão dar a Roma*, *Cada santo tem seu nicho*), propriedades (*A cobiça rompe o saco*) e situações-tipo (*Perguntar não ofende*). Em qualquer dos casos, a referência nominal é sempre construída por forma a libertar o texto proverbial de qualquer restrição espaço-temporal. Trata-se de um aspecto fulcral da semântica do provérbio, que se reflecte ao nível do seu uso e fundamenta, em última análise, o seu estatuto de texto institucionalizado pela tradição. Na verdade, só um texto que tematiza entidades abstractas, de estrutura ontológica complexa, ou conjuntos universais de entidades encerra a virtualidade de poder ser invocado em

³ O texto que a seguir se apresenta retoma as conclusões da minha dissertação de doutoramento, apresentada à Universidade de Coimbra em 1992.

tempos e locais distintos, mantendo, por um lado, um significado generalizante, e viabilizando, por outro lado, uma permanente adequação do seu potencial de referência a cada situação concreta de comunicação. Sublinhe-se que mesmo as expressões linguísticas que funcionam como suportes privilegiados da referência singular específica – nomes próprios e pronomes pessoais da primeira e segunda pessoas – perdem esse estatuto no contexto proverbial, passando a ser interpretados genérica ou universalmente. É o que acontece com provérbios do tipo *Morra Marta, morra farta* ou *Diz-me com quem andas, dir-te-ei as manhas que tens*. No primeiro caso, Marta designa qualquer elemento do conjunto dos seres humanos, funcionando o provérbio como uma exortação epicurista parafraseável por ‘Que cada homem aproveite bem a sua vida!’; no segundo caso, os pronomes pessoais referem o conjunto dos potenciais loquentes, funcionando como variáveis livres susceptíveis de ser instanciadas por qualquer membro da comunidade.

Estreitamente relacionados com a questão da referência nominal estão os valores temporos-aspectuais actualizados neste tipo de texto. Na investigação linguística contemporânea, é consensual considerar-se que a interpretação referencial dos sintagmas nominais é condicionada pela especificação de valores temporais. A análise do texto proverbial evidenciou a importância da articulação dos dois tópicos. Na verdade, o tempo frásico largamente dominante no provérbio assertivo é o presente dito gnómico ou atemporal. Trata-se de um tempo verbal que em rigor não localiza no eixo do tempo o estado de coisas descrito; através da sua utilização, constroem-se predicções atemporais, válidas em qualquer intervalo de tempo. Ora é justamente este uso do presente que viabiliza as interpretações referenciais não específicas dos sintagmas nominais tematizados. O valor temporos-aspectual gnómico das asserções proverbiais corresponde a uma ausência de referência temporal deíctica ou anafórica; as situações descritas são situações-tipo, situações que não ocupam um intervalo de tempo delimitado a partir do intervalo de tempo da enunciação ou de um qualquer outro ponto de referência previamente estabelecido.

Descentradas relativamente ao eixo do tempo, as situações descritas

são sempre verdadeiras, ou seja, a computação do seu valor de verdade não depende de factores de variação ou índices temporo-espaciais. Por isso dizemos que a predicação veiculada pelas asserções proverbiais é simultaneamente atemporal e universal.

Tendo em conta o carácter atemporal da predicação, facilmente se compreende que as situações representadas nunca sejam eventos, estados de coisas circunscritos a um intervalo de tempo com fronteiras delimitadas, mas sim **estados** não contingentes, que configuram a estruturação conceptual de supostas regularidades do mundo.

E de novo reaparece a questão da flexibilidade de adequação contextual: o provérbio pode ser recorrentemente citado e correlacionado com uma multiplicidade de situações episódicas porque alia à referência nominal não específica o valor temporo-aspectual gnómico da predicação, excluindo assim toda e qualquer representação particularizante da experiência do mundo. Em cada situação concreta de comunicação, cabe ao interlocutor operar as especificações referenciais que garantam uma efectiva relevância contextual do provérbio.

Os resultados obtidos, que relevam de uma análise semântica do texto, parecem conferir consistência teórica a algumas definições tradicionais, empiricamente formuladas, segundo as quais o provérbio traduz «verdades de carácter geral e permanente».

Um outro aspecto que merece ser considerado no estudo do texto proverbial prende-se com as modalidades que envolvem a sua enunciação. Parti de uma distinção preliminar entre modalidades proposicionais, estreitamente relacionadas com o valor de verdade das proposições, e modalidades ilocutórias, definidas em função da intencionalidade comunicativa dos falantes. O parâmetro ilocutório permitiu-me apreender em termos mais precisos observações tradicionais sobre as funções sociais típicas do provérbio, que tendiam a acentuar o seu carácter didáctico e o seu estatuto de texto-veículo de uma cosmovisão. Assim, foi com base no parâmetro ilocutório que fundamentei uma tipologia dicotómica, na qual se integram duas classes fundamentais de provérbios, provérbios **descritivos** (a título de

exemplo, *Cão que ladra não morde*) e provérbios **normativos** (*Entre marido e mulher, não metas a colher*). Os primeiros, com um valor ilocutório assertivo, descrevem estados de coisas que supostamente representam o modo de ser do mundo, instituindo como natural o que é apenas uma visão do mundo peculiar. Os provérbios normativos, com um valor ilocutório directivo, expressam normas de conduta, funcionando como código não escrito de uma ética popular. Sublinhe-se que as injunções proverbiais são sempre genéricas, visto que não se dirigem a um interlocutor específico nem delimitam o intervalo de tempo que deve presidir ao seu cumprimento; todos os membros da comunidade são destinatários potenciais da injunção, e o seu conteúdo proposicional pode ser instanciado em qualquer intervalo de tempo. Daí a tradicional caracterização dos provérbios normativos em termos de «instruções éticas de valor permanente».

É claro que esta dicotomização tipológica pode ser matizada ou flexibilizada, dado que ao valor ilocutório literal se sobrepõe, muitas vezes, um valor ilocutório indirecto que consubstancia a intenção comunicativa central do falante. Nesta perspectiva, muitas asserções proverbiais comportam um valor directivo indirecto, nomeadamente as asserções condicionais que funcionam como conselhos ou advertências indirectas (*Se perguntas muito, andas pouco*), as asserções preferenciais que sugerem indirectamente uma escolha (*Mais vale um pássaro na mão do que dois a voar*) e as asserções deonticamente modalizadas, de forma explícita ou implícita, que desempenham socialmente uma função reguladora de comportamentos (*A quem há-de rogar não há-de assanhar*, ou *A filho e amigo, pão e castigo*). Note-se que os operadores deónticos estão fortemente relacionados com o domínio das acções: de facto, descrever como obrigatória, permitida ou interdita a ocorrência de um estado de coisas é já uma forma de agir sobre o interlocutor, intimando-o a acatar certas normas de comportamento.

No que toca às modalidades proposicionais, verifica-se que a esmagadora maioria dos provérbios descritivos não explicita uma modalização, aparecendo como asserções categóricas. No entanto, linguisticamente, a asserção categórica é a forma mais eficaz de expressão da necessidade

epistémica, ou seja, da certeza, já que a explicitação de um verbo modal epistemicamente interpretado enfraquece sempre o enunciado. Direi, então, que é possível verbalizar a modalização epistémica subjacente às asserções proverbiais categóricas através de expressões do tipo «toda a gente sabe que...», «é certo que...». Penso que na representação semântica dos provérbios esta modalização é um elemento indispensável, na medida em que marca a relativização do necessário ao âmbito dos conhecimentos e crenças da colectividade. Note-se que na explicitação do operador modal aparece um sujeito indeterminado; este sujeito corresponde afinal ao enunciador colectivo, porta-voz da comunidade ou instância responsável pela enunciação dos provérbios, distinta dos falantes que se limitam a citá-los.

A presença da modalização epistémica assinalada coaduna-se plenamente com o estatuto de *topos* ou ‘lugar comum’ do provérbio. Com efeito, ao serem validadas pelo corpo social, as proposições expressas surgem como argumentos de autoridade consensualmente aceites, que os falantes podem invocar para justificar ou rebater uma determinada elocução.

Vejamos, agora, as correlações interproposicionais que estruturam lógico-semanticamente o universo paremiológico. Impõe-se como largamente dominante a correlação condicional, subjacente a um conjunto diversificado de configurações sintácticas: construções condicionais típicas (*se p, q*), frases elípticas com mera justaposição de SN’s, construções do tipo ‘Quem SV₁, SV₂’ (*Quem procura sempre alcança*), ‘Onde SV₁, SV₂’ (*Onde o ouro fala a língua cala*), ‘Quando SV₁, SV₂’ (*Quando uma porta se fecha outra se abre*). No nosso *corpus*, estas configurações sintácticas são variantes normais e recorrentes de realização de uma mesma forma lógico-semântica.

Através do nexos condicional, expressam-se correlações fixas entre situações, configuram-se regularidades que estruturam as nossas expectativas acerca do mundo. Não encontramos no *corpus* construções condicionais particulares, mas apenas condicionais genéricas, corolário lógico do que acima se afirmou sobre a especificidade da referência nominal e temporal no texto proverbial. Parece-me possível discriminar três tipos de condicionais

genéricas, em função dos modos e tempos verbais utilizados no antecedente e no conseqüente:

- (i) condicionais que traduzem uma generalização induzida a partir do conhecimento de que a ocorrência reiterada de determinadas situações episódicas conduziu regularmente a um determinado resultado (por exemplo, *Se perguntas muito, andas pouco*); estas condicionais manifestam um elevado carácter constativo ou factual e constroem-se com o presente do indicativo, tanto no antecedente como no conseqüente; parafraseáveis por *sempre que p, q*, apresentam afinidades com as construções causais;
- (ii) condicionais com um valor hipotético mais acentuado, com o verbo do antecedente no futuro do conjuntivo e o do conseqüente no futuro do indicativo (por exemplo, *Se estiveres na tua tenda, não te acharão na contenda*), ou expressas pela construção alternativa ‘frase imperativa + frase declarativa com o verbo no futuro do indicativo’ (*Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és*); nestes casos, o antecedente é totalmente indeterminado, e a condicional apenas nos diz que, se ele se verificar, verifica-se também o conseqüente;
- (iii) condicionais contrafactuais, retoricamente utilizadas para pôr em relevo a falsidade do antecedente (*Se chegasse ao céu oração de cão, choveriam ossos*); os tempos e modos característicos destas construções são o imperfeito do conjuntivo, no antecedente, e o condicional, no conseqüente.

São mais numerosas as construções condicionais com acentuado grau de factualidade, resultantes de uma generalização empírica. Estas construções estão próximas das asserções de carácter absoluto, na medida em que organizam conceptualmente a nossa experiência do real pela instituição de conexões estáveis e persistentes entre situações-tipo.

O nexó condicional está ainda presente em construções tradicionalmente designadas por concessivas (*Ainda que o galo não cante, a manhã sempre rompe*). Os provérbios que ilustram estas construções visam pôr em relevo a

verdade do consequente; independentemente do conjunto de condições aberto pelo antecedente, o consequente é sempre verdadeiro, e é o conteúdo informativo por ele veiculado que se impõe como comunicativamente relevante. Os factos denotados pelo consequente adquirem o estatuto de verdades absolutas, pois verificam-se mesmo quando ocorrem situações que supostamente os poderiam afectar.

Encontra-se ainda um nexos condicional em construções habitualmente designadas por construções de fim ou de propósito (*Para ensinar, é preciso saber*). Quando em termos gerais se expressa a condição necessária para a consecução de um propósito que envolve uma volição, a forma lógica subjacente é ‘se x quer p, então deve verificar-se q’.

Finalmente, há que referir o número considerável de provérbios que realizam injunções condicionais (*Se vires tropa, trota, Se queres ter boa fama, não te tome o sol na cama*). Estes provérbios explicitam quer as condições que devem presidir ao cumprimento da injunção, quer as razões que a justificam.

Passando agora para o terreno das correlações temporais, direi que o *corpus* analisado oferece exemplos de diversos tipos de ordenação temporal relativa entre situações-tipo: simultaneidade ou inclusão, anterioridade e posterioridade (*Quando a galinha dorme, a raposa vela, Enquanto disputam os cães, come o lobo a ovelha, Feitas as vindimas, guardam-se os cestos, Casa roubada, tranças à porta*). No entanto, é possível concluir que as regularidades no plano da ordenação temporal não adquirem grande pertinência comunicativa, no universo paremiológico. Com efeito, ao nexos temporal sobrepõe-se, por vezes, um nexos de causa-efeito entre as situações descritas; noutros casos, a representação de uma regularidade de ordenação temporal é uma forma indirecta de aconselhar um tipo de comportamento: o interlocutor deve agir de acordo com o decurso normal dos estados e eventos no mundo, isto é, em conformidade com a ordem natural das coisas que o provérbio supostamente traduz. A descrição de uma regularidade sequencial pode ainda ter como objectivo comunicativo central demonstrar que uma acção realizada fora do momento certo é inútil, porque entretanto já se consumou aquilo que ela poderia ter evitado; nestes casos, infere-se um ensinamento de

ordem prática, que aponta para a importância de se agir no momento oportuno.

Parece-me, assim, que as correlações temporais só em pequena escala são exploradas pelo texto proverbial no sentido de uma descrição do modo de ser do mundo no plano das regularidades de ordenação temporal de estados e eventos. Nos provérbios, tal ordenação viabiliza a construção de inferências que nos levam a estabelecer outros tipos de conexões ou a reconstituir conselhos indirectos acerca de como e quando se deve agir.

Quantitativamente, são bastante significativas no *corpus* as correlações interproposicionais comparativas, sobressaindo como mais produtivas as construções preferenciais (*Mais vale filho de pobre que escravo de rico*). Ao aliarem à estrita comparação uma avaliação de tipo axiológico, os provérbios preferenciais esboçam o sistema de valores da comunidade. Comparam-se situações-tipo através dos predicados escalares *bom*, *mau*, *valer*, e a valorização de uma situação em detrimento de outra, para além de fixar os padrões axiológicos consensuais, funciona também como guia de escolhas.

Nos provérbios comparativos sem predicado graduável, ocorrem os conectores interproposicionais 'tal...tal', 'como', 'como...assim', 'conforme... assim». Estes provérbios expressam relações de semelhança entre objectos com base num conjunto indeterminado de propriedades que se pressupõem comuns, e correlacionam circunstâncias de modo, sem que tais circunstâncias sejam verbalizadas. São provérbios que funcionam como instruções genéricas com alto valor predictivo: se se postula, por exemplo, uma relação fixa de semelhança entre pai e filho (*Tal pai, tal filho*), o conhecimento das propriedades específicas de um pai determinado é suficiente para nos dar informação acerca das propriedades específicas do respectivo filho. Paralelamente, se o provérbio assere categoricamente uma relação de conformidade entre modos de semear e modos de colher (*Como semeares, assim colherás*), o conhecimento de uma situação episódica protagonizada por x, que instancie a situação-tipo 'semear de modo y', permite-nos obter informação acerca de uma futura situação episódica protagonizada pelo mesmo x, que instancie a situação-tipo 'colher'. Por outras palavras, o conhecimento da

correlação expressa pelos provérbios determina quais são as situações que constituem opções significativas numa dada estrutura de situações e dada uma determinada situação episódica. Esta observação é válida para todos os provérbios pluri-oracionais, independentemente do tipo de conexão expresso, uma vez que se correlacionam sempre situações-tipo.

São escassos os provérbios que no *corpus* expressam correlações interproposicionais adversativas ou contrastivas (*A verdade não tem pés e anda*), facto que nos parece compreensível se pensarmos que o provérbio está preferencialmente vocacionado para representar as regularidades estruturantes do mundo e não para negar as expectativas fundadas no que sabemos ou acreditamos ser o curso normal dos acontecimentos.

Resta-nos mencionar a ocorrência de correlações copulativas, tanto na classe dos provérbios descritivos (*Amor com amor se paga e com desdém se apaga*), como na dos provérbios normativos (*Nem caldo retardado, nem criado voltado*). Num e noutro caso, trata-se de uma mera conjunção de informação genérica.

Numa reflexão sobre o texto proverbial, não seria legítimo ignorar ou escamotear a questão do sentido figurado ou metafórico, tantas vezes apresentado como traço definitório deste tipo de texto. Embora não considere que se trate de um traço definitório, uma vez que há numerosos provérbios que apenas suscitam uma interpretação literal, parece-me, todavia, imprescindível consagrar um tempo de reflexão ao vasto sub-conjunto de provérbios cuja interpretação-padrão não coincide com o significado literalmente expresso. É difícil parafrasear de forma unívoca essa interpretação-padrão, mas a prova de que ela existe é-nos dada pela assimilação frequente dos provérbios a expressões idiomáticas ou fraseologismos. Os defensores deste ponto de vista analisam o que designamos por 'interpretação-padrão' em termos de significado convencionalmente associado a uma forma fixa, ou seja, não calculado composicionalmente a partir do significado dos seus elementos constituintes e da forma como estão sintagmaticamente combinados. Globalmente estéril do ponto de vista explicativo, pois nada adianta acerca das propriedades semântico-pragmáticas deste tipo de texto, tal perspectiva

esgota-se numa mera distribuição taxinómica de idiomatismos, baseada na sua configuração sintáctica e no nível gramatical das unidades com que podem comutar.

Mais criativa se afigura a proposta de Permyakov retomada por Zolkovskij (1978). Estes autores admitem implicitamente que a comunidade associa aos provérbios interpretações estáveis, que não coincidem com o significado literalmente expresso. No entanto, para explicar este desfasamento, encararam os provérbios como signos de um sistema semiótico cultural peculiar, um sistema modelizante secundário regido por códigos lógico-temáticos e retóricos específicos. Consideram que o conteúdo lógico-semiótico veiculado pelos provérbios pode ser traduzido numa metalinguagem abstracta, reduzida a um conjunto de fórmulas elementares de natureza universal. Do meu ponto de vista, as interpretações-padrão correspondem, de algum modo, ao conteúdo lógico-semiótico de Permyakov/Zolkovskij; são representações semânticas abstractas e genéricas, que permitem relacionar o provérbio com os seus múltiplos contextos de utilização. Porém, ao contrário destes investigadores soviéticos, não me parece necessário, para entender o funcionamento semântico dos provérbios, enveredar por uma hipótese explicativa que os assimile a signos de um sistema modelizante secundário. Enquanto texto mínimo, o provérbio é fundamentalmente um objecto verbal, e como tal deve ser analisado. A captação do desfasamento entre significado literal e sentido figurado exige apenas, a meu ver, que se estabeleça uma distinção prévia entre **significado** e **interpretação** de um enunciado linguístico. O significado é construído a partir da competência linguística dos falantes e nunca derroga o princípio da composicionalidade; a interpretação envolve a activação de estratégias pragmáticas de cálculo, nas quais se incluem mecanismos inferenciais susceptíveis de processar níveis indirectos de significação. O que distingue os provérbios dos enunciados correntes da interacção quotidiana é o facto de suscitarem uma interpretação padronizada e consensual que, liberta de restrições situacionais, se mantém ao longo do tempo, não esgotando o seu potencial informativo num só acto de comunicação. Por isso, o provérbio constitui um exemplo curioso de texto ambivalente, híbri-

do: aberto, na medida em que faculta um amplo leque de possibilidades interpretativas, em função do seu contexto de uso; fechado, na medida em que transporta consigo uma interpretação-padrão estável, estabelecida e fixada pela tradição.

Importa, então, analisar como se processa a construção da interpretação-padrão, sem perder de vista que ela é sempre motivada, controlada e convalidada pelo significado do texto. Concomitantemente, importa pôr em evidência que a delimitação de áreas temáticas, no universo paremiológico, só pode ser feita a partir das interpretações-padrão, por uma espécie de filtragem da substância do conteúdo plasmada nessas interpretações. Para descrever como se transita do significado para a interpretação-padrão, forçoso se torna conjugar a análise da forma do plano do conteúdo com o estudo do material lexical que integra o texto proverbial. Pude comprovar empiricamente que só uma concepção estereotípica do significado lexical, pela densidade informacional que confere a cada item, autoriza o processamento das inferências que subjazem ao processo interpretativo. Destaque-se, nomeadamente, que a concepção estereotípica do significado lexical viabiliza a construção das relações semânticas intratextuais que cimentam a coesão textual e a partir das quais, por generalização e abstracção, se formula uma interpretação-padrão liberta dos contornos figurativos demasiado particularizantes do significado literal⁴. Veja-se o seguinte caso paradigmático: o provérbio *Em bainha de ouro, espada de chumbo* tem uma interpretação-padrão parafraseável por ‘Se um indivíduo tem uma determinada propriedade exterior (positiva ou negativa), interiormente tem uma propriedade oposta’. Assim se visa transmitir a assunção de que a essência de uma qualquer entidade não pode e não deve ser julgada pela sua aparência exterior. Como se constata, a interpretação-padrão é muito mais abstracta e genérica do que o significado literal do provérbio. A construção da interpretação-padrão não se processou de forma aleatória: como ponto de partida,

⁴ Não cabendo, no âmbito deste artigo, um desenvolvimento aprofundado das estratégias inferenciais que garantem a construção da interpretação-padrão a partir do significado convencional do provérbio, remeto o leitor interessado para o cap. 5 da 2.^a parte da minha tese.

foram analisadas as relações semânticas de oposição e contraste textualmente instituídas entre os elementos lexicais presentes no enunciado. Assim, a activação de uma parcela de conhecimento do mundo armazenado permite-nos detectar uma relação de oposição *exterior vs. interior* entre os lexe-*mas bainha e espada* (sabemos que as espadas se guardam *dentro* das bainhas). Quanto ao contraste de propriedades, ele é figurativamente concretizado pelo par nominal *ouro vs. chumbo*. Com efeito, a propriedade [+valioso] é seguramente uma propriedade típica que integra o significado estereotípico de *ouro*; intratextualmente, *chumbo* adquire, por contraste, a propriedade [-valioso].

Acrescente-se ainda que as interpretações-padrão são susceptíveis de subsumir, como instanciações possíveis, quer a situação descrita pelo provérbio, quer o conjunto de situações que contextualmente motivem a sua citação. Assim, a interpretação-padrão promove a articulação entre a asserção literal e os diferentes contextos de uso do provérbio.

Tal como os membros de uma categoria estão ligados por «semelhanças de família», também as situações que a interpretação-padrão subsume mantêm entre si laços do mesmo tipo, cognitivamente apreendidos em termos de analogia, contiguidade ou vaga similaridade conceptual. Talvez se possa, nesta perspectiva, afirmar que a interpretação-padrão é um instrumento de categorização da experiência do mundo.

Até aqui, procurei realçar aspectos decisivos da estrutura semântica do provérbio e reflecti sobre os mecanismos accionados na construção das interpretações-padrão. Proponho-me, agora, esboçar uma tipologia dos usos discursivos paradigmáticos do texto proverbial. Sem uma abordagem das funções comunicativas do provérbio contextualizado, ficaria submersa uma dimensão crucial deste tipo de texto. De facto, o provérbio existe não para integrar colectâneas ou dicionários mas para ser utilizado em situações concretas de comunicação, integrado em estratégias discursivas de índole essencialmente argumentativa.

Estudei o funcionamento pragmático do provérbio analisando a sua inserção em dois tipos de texto, o texto dramático e o texto de imprensa.

Consciente dos limites do texto dramático literário no que diz respeito à reprodução mimética da interacção dialogal quotidiana, pareceu-me que, apesar de tudo, e na ausência de material mais autêntico, os textos seleccionados da chamada ‘literatura de cordel’ poderiam constituir uma base de trabalho minimamente fiável. E isto porque, estruturalmente, o texto dramático é composto pelas réplicas, ou seja, pelos actos discursivos das personagens que comunicam entre si; assim sendo, ostenta uma forma dialógica e as personagens – tal como as instâncias enunciativas na comunicação real – utilizam as palavras como instrumento de acção, assumindo particular relevo a vertente performativa da linguagem. Julgo, pois, que a análise das funções discursivas do provérbio nestes textos nos pode fornecer dados esclarecedores sobre os seus usos correntes efectivos. Detectei cinco tipos de funções, que agrupei do seguinte modo:

- a) funções que relevam de uma análise dos valores ilocutórios relacionais dos enunciados inscritos em sequências discursivas;
- b) funções macro-discursivas ou de organização textual;
- c) tropos ilocutórios.

No primeiro grupo, estabeleci algumas sub-divisões: (i) casos em que a citação do provérbio justifica ou refuta uma elocução anterior (seja ela assertiva, directiva ou expressiva), exercendo, assim, uma função de natureza **argumentativa**; (ii) casos em que a citação do provérbio, enquanto **réplica autónoma**, constitui uma resposta indirecta a uma pergunta ou a um pedido, funcionando o provérbio como **segundo membro de um par adjacente**, no quadro da tomada de palavra e transição de locutor (*turn-taking*) que caracteriza a estrutura da conversação; (iii) casos em que a citação do provérbio configura um **comentário avaliativo**, traduzindo a atitude de aprovação ou condenação do falante face à situação que está a ser vivida ou que foi previamente descrita ou protagonizada por outro falante; (iv) casos em que a citação do provérbio se limita a intensificar uma intervenção anterior, numa nítida estratégia perlocutória de persuasão pelo recurso ao argumento de autoridade, desempenhando o provérbio uma função de mero **reforço amplificante**.

No segundo grupo, distingui entre (i) provérbios que funcionam como **sumário anafórico** e conclusivo de uma narrativa e (ii) provérbios que funcionam como **resumo catafórico** dos eventos que serão narrados no discurso subsequente.

No último grupo, incluí os provérbios cuja citação constitui um acto ilocutório idiomático, ou seja, um acto ilocutório cujo valor primitivo ou literal é integralmente substituído por um valor ilocutório convencionalizado. É o que acontece com o provérbio *Falem no mau, aparelhem o pau*, fórmula que se aplica directamente à situação que está a ser vivida para, de modo totalmente convencional, anunciar a chegada de alguém de quem se fala.

No segundo *corpus* analisado, composto por textos da imprensa contemporânea, detectei as mesmas funções discursivas, exceptuando, obviamente, a função de réplica autónoma em pares adjacentes. Neste *corpus*, são mais visíveis e frequentes as distorções do provérbio atestado (do tipo *Em Abril, inquéritos mil, Santos da casa não fazem padroeiros, A taxas loucas, orelhas loucas*). Essa distorção obedece a objectivos predominantemente lúdicos e/ou de captação da curiosidade do leitor, embora se possa também detectar neste jogo uma intenção ‘militante’ de subversão, quando ironicamente se desconstrói a sabedoria popular.

Referências bibliográficas

- BAKHTINE, M. (1970) – *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen-Age*, Paris, Gallimard.
- DUCROT, O. (1984) – *Le dire et le dit*, Paris, Minuit.
- LÁZARO-CARRETER, F. (1978) – «Literatura y folklore: los refranes», in 1616. *Anuario de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada*, Madrid, Ed. Cátedra, pp. 139-145.
- LOPES, Ana Cristina M. (1983) – «Literatura culta e literatura tradicional de transmissão oral», in *Cadernos de Literatura*, 15, pp. 43-55.
- LOPES, Ana Cristina M. (1992) – *Texto proverbial português. Elementos para uma análise semântica e pragmática*, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras de Coimbra.
- MATTOSO, José (1987) – *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1994) – *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento.
- ZOLKOVSKIJ, A. (1978) – «At the Intersection of Linguistics, Paremiology and Poetics», in *Poetics*, vol. 7, 3, pp. 309-332.